

31º Encontro Anual da ANPOCS

22 a 26 de outubro de 2007, Caxambu, MG.

Seminário Temático 16: Elites e Instituições Políticas

1ª Sessão: O recrutamento político da elite parlamentar

Processos, condicionantes e bases sociais da
especialização política no Rio Grande do Sul e no
Maranhão

Igor Gastal Grill - Universidade Federal do Maranhão

Processos, Condicionantes e Bases Sociais da Especialização Política no Rio Grande do Sul e no Maranhão

Igor Gastal Grill

UFMA (MA-Brasil)

O foco da pesquisa apresentada neste artigo está centrado no exame dos condicionantes sociais de afirmação e das modalidades de constituição de especialistas da atividade política em dois estados brasileiros: Rio Grande do Sul e Maranhão. Para tanto, foram analisados os perfis, as carreiras políticas e as estratégias de apresentação das origens sociais e da atuação política de deputados federais eleitos entre 1945 e 2006.

A comparação entre duas *configurações*¹ regionais se mostrou um procedimento importante de investigação. A forma como a “política local” é descrita em cada contexto traduz fatores de diferenciação, porém ao explorar as dinâmicas mais detidamente é possível encontrar aproximações de padrões e de itinerários, assim como identificar contrastes em dimensões da “vida política” ainda não examinadas de forma detalhada.

No caso do Rio Grande do Sul, a bibliografia “local” descreve a “política gaúcha” ao longo do século XX como marcada por uma “secular bipolarização” (TRINDADE E NOLL, 1991; CÁNEPA, 1999, entre outros) com ênfase nos modelos de organizações partidárias e nos alinhamentos ideológicos afirmados em “ismos” (“Castilhismo”, “Borgismo”, “Positivismo”, “Federalismo”, “Liberalismo”, “Trabalhismo”, “Petismo”, etc.). Maior “politização do eleitorado” e sua identificação com os partidos, bem como definição “programática” e experiências ímpares de formações partidárias são elementos grifados para fixar a “especificidade regional”. Além disso, no bojo das disputas entre “forças políticas” ocorreu o ingresso de segmentos sociais diversificados na arena política, como os estancieiros do norte do estado que se opuseram às “elites” da “campanha” nas primeiras décadas do século XX (PINTO, 1986); as camadas “médias” e “populares” (em siglas como a AIB: Ação Integralista Brasileira, e a ANL: Aliança Nacional Libertadora); a absorção de “elites” ligadas à imigração (descendentes de imigrantes alemães, sírios, libanes e italianos) a partir de 1945

¹ A noção de *configuração* utilizada aqui se inspira nas formulações de Elias (1999) e Sawicki (1997). Para Elias (1999, p. 142) a noção comporta ações e reações dos jogadores, tensões e interdependências entrelaçadas responsáveis pelas modificações históricas e pelos arranjos sociais. Sawicki (1997, p.37) define *configuração* como o espaço onde as relações de força entre grupos sociais tomam uma forma singular, modelando e retraduzindo as mudanças de todas as ordens que a afetam.

(TRINDADE E NOLL, 1991); os agentes vinculados à liderança junto aos sindicatos (rurais, de ferroviários, de comerciários), à Igreja Católica, ao cooperativismo (CORADINI, 1998a); e, por fim, nas últimas décadas, os “setores sindicais” e quadros oriundos do movimento estudantil, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e dos partidos de “esquerda” (REIS, 2007).

A partir dos alinhamentos partidários e da diversificação social assinalados para o caso do Rio Grande do Sul é possível perceber processos de “sucessão” controlados por “famílias de políticos” e por lideranças de facções estaduais que definem uma dinâmica de seleção prévia (em relação à escolha dos eleitores) dos futuros ocupantes de cargos eletivos. Apesar da singularidade proclamada, têm-se práticas orquestradas – comumente tipificadas como “tradicionais” – de controle pela “elite política gaúcha” do ingresso e da ascensão política, bem como de reprodução de práticas e modalidades de atendimento às bases por parte dos agentes, “famílias” e segmentos que ascendem politicamente ao longo do século XX (GRILL, 2003, 2007).

No caso do Maranhão, os diferentes autores que se dedicam ao estudo das “elites políticas” apontam para o caráter “conservador” e “oligárquico” da política no estado, mas ressaltam igualmente o ingresso de alguns novos perfis no cenário eleitoral (REIS, 2007; COSTA, 2004; GONÇALVES, 2000, 2006; BORGES, 2005). Não raro, nessa literatura é sublinhada a emergência de novos repertórios de atuação política e de trunfos como o “gosto literário”, a preocupação com “problemas sociais e econômicos”, a idéia de “projeto de desenvolvimento para o estado” sob “bases científicas”, a “retórica modernizadora” e, conseqüentemente, a afirmação de bacharéis, jornalistas, economistas, etc. na ascensão das chamadas “oposições coligadas”² nas décadas de cinquenta e sessenta. Naquele período, marcado pelos embates entre “vitorinistas” e “oposicionistas”, ocorrera a absorção, pelas duas facções que polarizavam a política estadual, de “descendentes de imigrantes libaneses” ligados às atividades comerciais (BUZAR, 1998, 2001). O ingresso de novos segmentos sociais e a edificação de móveis de identificação também é evidenciado no final da década de setenta e início da década de oitenta. No “pós- regime militar” o movimento estudantil, as organizações de base da igreja católica, a Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos, o sindicalismo rural, se afirmaram como “viveiros” de lideranças políticas, entre outros meios de inscrição (BORGES, 2005).

² “Frente” que reunia os políticos que faziam oposição à facção política comandada por Vitorino Freire e que passou a ser denominada de “vitorinismo”. Ver Costa (2006), Gonçalves (2000) e Grill (2007a).

Na esteira dos trabalhos citados acima é factível refletir sobre a persistência de práticas e lógicas políticas classificadas na própria produção “local” como “patrimoniais”, “oligárquicas”, de “apelo ao centro” (REIS, 2007; COSTA, 2004), ou que enfatizam a legitimação pelo princípio “dinástico”, da “descendência” e dos “laços pessoais” (GONÇALVES, 2000, 2006), ou ainda que realçam o caráter “personalista”, “assistencialista” e a centralidade da mediação “entre as várias esferas de poder e controle de recursos” (BORGES, 2005). Os autores mencionados chamam a atenção para semelhanças e continuidades em processos ou momentos que aparentam rupturas e substituição de forças políticas.

Na pesquisa aqui apresentada, objetivou-se contemplar, nas duas *configurações*, três dimensões sistematizadas por Michel Offerlé (1999) para o estudo dos processos de especialização política que estão ligadas às agendas de estudos descritas acima. Em primeiro lugar, captar a influência do *background* na entrada e no desempenho das carreiras políticas, utilizando macro-fatores explicativos das formas de recrutamento político (origem social, profissão, escolarização, etc), bem como ponderar sobre os micro-mecanismos que processam tais elementos a partir das dinâmicas sociais, eleitorais, escolares que são específicas em cada contexto. Isso sem deixar de acentuar a relevância dos usos das origens sociais nas auto-apresentações (idem:23). Em segundo lugar, considerar o longo movimento que gera a imposição da especialização na política. Isto é, em que se exige aos agentes que se tornem “profissionais”, consagrando a maior parte do seu tempo às atividades políticas, se desligando de uma profissão anterior ou mesmo não chegando a exercê-la, conseguindo monopolizar a ocupação de cargos e o direito às candidaturas e conquistando antiguidade e continuidade no interior do espaço político (idem:15). Por fim, é indispensável não descolar da idéia de que o processo de profissionalização política comporta a lógica de *denegação identitária* que faz com que os políticos “apesar de consagrarem todo tempo a esse *métier*, como profissionais, reivindiquem o seu exercício como vocação (...)” (idem : 17).

Levando em conta tais dimensões, para o trabalho em pauta foram privilegiadas as seguintes fontes: o Dicionário Histórico e Biográfico do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (ABREU et al., 2001) que possibilitou reunir informações sobre os perfis (profissão, grau de escolarização, título superior obtido e instituição em que conquistou) e as carreiras políticas (cargo e idade de ingresso na ocupação de cargos públicos e eletivos, tempo de carreira em cargos públicos e eletivos, carreira eletiva prévia à ocupação do mandato de deputado federal e número de candidaturas) de 200 deputados gaúchos e 100 deputados “maranhenses”. Foram também analisadas memórias, biografias e genealogias

concernentes aos deputados federais e suas “famílias”, assim como um conjunto de 35 entrevistas realizadas com deputados ou com membros da “família” dos mesmos (24 com agentes provenientes do Rio Grande do Sul e 11 do Maranhão). A partir da análise desse material foi possível por em relação: a) as origens sociais, b) os percursos escolares, profissionais e políticos, c) bem como as estratégias de consagração dos deputados como também dos seus “ascendentes” e de outros membros da “família” que igualmente ocuparam postos eletivos.

Perfis: profissão e escolarização

Como foi dito, os perfis dos parlamentares foram identificados mediante o exame das informações reunidas para 200 deputados federais do Rio Grande do Sul e para 100 deputados federais do Maranhão, sobre ocupações exercidas, grau de escolarização, títulos escolares obtidos e instituições em que foram conquistados.

O que os dados revelam sobre a profissão prévia dos ocupantes de cargos eletivos? A questão permite explorar duas hipóteses distintas. A primeira sustenta a existência de proximidades, cumplicidades e habilidades comuns entre espaços de exercício de determinadas profissões e a esfera política (GARRAUD, 1989, DOGAN, 1999, entre outros). A segunda afirma que a escolha de determinada ocupação é condicionada por uma série de disposições e relações de origem e sua reconversão para a política depende mais de uma multiplicidade de outros recursos herdados ou adquiridos pelos agentes do que do treinamento, da formação ou do exercício profissional (WILLEMEZ, 1999, CORADINI, 2001). Antes que opostas, tais formas de tratamento são complementares e profícuas.

As características dos universos ora analisados denotam um fenômeno bastante conhecido de sobre-representação das camadas mais altas da população e sub-representação das mais baixas na política (GAXIE, 1980). Do mesmo modo, assinalam a relevância de profissionais como advogados, médicos, funcionários públicos de vários escalões (considerados tanto aqueles que passaram por concurso como aqueles indicados por meio de laços políticos), empresários (de grande e médio porte), proprietários rurais (idem), jornalistas, entre outros.

Tanto no Rio Grande do Sul como no Maranhão, o conjunto das profissões exercidas³ no período que precede ao ingresso na carreira eletiva (ocupação do 1.º cargo eletivo) sinaliza para a importância de três fatores: 1) a reconversão de uma notoriedade profissional (indicada principalmente pelo número de advogados, médicos, jornalistas, professores e professores universitários); 2) o peso do patrimônio econômico e do pertencimento aos círculos que compõem as “elites econômicas” nas carreiras políticas (sugerido pela significativa presença de empresários e proprietários rurais); 3) e a passagem por funções públicas (por concurso ou nomeação via laço político)⁴. Sendo que as bases sociais derivadas da profissão não são excludentes entre si.

No entanto, é necessário apresentar as diferenças que existem entre os dois estados. Proporcionalmente, no Rio Grande do Sul há um maior número de advogados, professores e professores universitários, ao passo que no Maranhão predominam os empresários, os proprietários rurais e os funcionários públicos. No primeiro caso, a diversificação social no recrutamento é mais contundente, assim como é maior o peso de profissões que possibilitam a afirmação de um reconhecimento como intelectual e de uma posição de porta-voz de causas legítimas⁵. No segundo caso, o recrutamento é mais concentrado em termos de extração social e há uma forte recorrência de profissões relacionadas ao domínio econômico e à administração pública. Esse contraste tem correlação com os padrões de carreiras descritos no próximo item e que demonstram, através dos itinerários apreendidos, como para os deputados gaúchos há uma predominância no uso da titulação e da formação profissional (associados a outros recursos) para a construção de bases eleitorais; enquanto para os deputados maranhenses constata-se a existência de uma simbiose entre o mundo empresarial e a gestão do estado, conjugado à absorção de médicos, engenheiros e advogados em cargos públicos que, posteriormente, reconvertem os recursos acumulados em bases eleitorais.

³ Optou-se por considerar todas as atividades exercidas previamente à ocupação do primeiro cargo porque assim é possível observar a interdependência entre diferentes inserções sociais prévias à carreira política dos agentes. Prova disso é que a soma das profissões identificadas no conjunto da população de cada estado extrapola em muito o número de casos analisados.

⁴ Dogan (1999:174) salientou a “afinidade evidente” entre profissões do domínio “du verbe et de pla lume” como advocacia, jornalismo e magistério, assim como o peso dos funcionários públicos na esfera política na caso da França. Rodrigues (2002) destacou, a partir da bibliografia sobre diversos países, a importância de categorias como funcionários, professores, advogados, jornalistas, profissionais liberais como “fontes de abastecimento da classe política”. O principal motivo apontado é justamente por essas profissões possibilitarem um maior tempo livre e/ou grande flexibilidade no horário de trabalho, além do “domínio da oratória”. Salientou também a presença de empresários nos parlamentos.

⁵ Para um estudo detalhado sobre as estratégias de afirmação de recursos intelectuais e militantes, ver Reis (2007).

Quadro I - Profissão exercida antes do primeiro cargo eletivo

Profissão	n.º de casos RS	n.º de casos MA
Advogados	100	34
Empresários (grandes e médios)	30	50
Proprietários Rurais (grande e médio)	30	30
Professores Universitários	30	11
Professores	20	7
Jornalistas	15	7
Comunicadores (rádio e TV)	6	-
Médicos	10	15
Dentistas	4	1
Alto Funcionário Público	18	25
Médio Funcionário Público	14	30
Baixo Funcionário Público	10	5
Metalúrgico	3	1
Pescador	1	-
Pequeno Agricultor	3	-
Estudante	1	3

Fontes: Abreu (2001) e entrevistas

A associação de um deputado à determinada categoria profissional depende em parte do acesso aos cursos universitários e do investimento na conquista de um diploma de curso superior. Os dados explicitam a importância da titulação superior nos dois contextos, ou seja, a porcentagem de deputados com título superior somados àqueles que possuem pós-graduação supera 85% dos casos (87% no RS e 85% no MA)⁶.

Quadro 2 – Grau de escolarização

Grau de Escolarização	n.º casos RS	(%) RS	n.º casos MA	(%) MA
Superior + Pós	28	14	21	21
Superior	146	73	64	64
Superior Incompleto	1	0,5	3	3
Segundo grau	15	7,5	7	7
Curso Técnico	7	3,5	3	3
Segundo Grau Incompleto	3	1,5	2	2
Total	200	100	100	100

Fontes: Abreu (2001) e entrevistas

Porém, evidentemente, ocorrem variações no que se refere aos diplomas escolhidos e às instituições de ensino freqüentadas.

⁶ Porcentagens próximas à identificada por Rodrigues (2002) para o conjunto dos deputados federais que compõem 51ª Legislatura. Segundo o autor, 82% dos casos analisados por ele têm algum diploma de curso superior.

Apesar de nos dois estados predominarem os deputados titulados em cursos de direito, medicina e engenharia, em termos proporcionais no RS observa-se a maior incidência de parlamentares formados em direito (63,2% contra 41,2%)⁷ e uma maior diversificação de títulos; enquanto no MA a frequência é mais alta dos formados em medicina (17,7% contra 5,7%) e engenharia (21,1% contra 5,7%) e há maior concentração nos três principais cursos (direito, medicina e engenharia).

Quadro 3 – Primeiro diploma de nível superior obtido⁸

1.º Título Obtido	n.º casos RS	(%) RS	n.º casos MA	(%) MA
Direito	110 ⁹	63,2	35	41,2
Medicina	10	5,7	15	17,7
Engenharia	10	5,7	18	21,1
Administração	5	2,9	4	4,7
Economia	15	8,6	5	5,8
Veterinária	4	2,3	1	1,1
Agronomia	2	1,2	1	1,1
Comunicação Social	4	2,3	-	-
Ciências Humanas	8	4,6	4	4,7
Farmácia	-		2	2,3
Odontologia	5	2,9	-	-
Matemática	1	0,6	-	-
Total	174	100	85	100

Fontes: Abreu (2001) e entrevistas

Os dados sobre o tipo de instituição de ensino superior em que foi obtido o título reforçam novamente a constatação de uma maior diversificação social da “elite política gaúcha” e uma maior concentração em termos de segmentos sociais de origem da “elite política maranhense”. Entre os deputados com título superior, os números referentes aqueles que obtiveram diplomas nas instituições públicas (federal e estadual) situadas na capital se assemelham (pouco mais de 45% dos casos). O que os diferencia significativamente é o peso, no Rio Grande do Sul, das instituições públicas situadas no interior e das instituições

⁷ Mais uma vez tomando como parâmetro o trabalho de Rodrigues (2002), que se limita a uma legislatura, constata-se que o mesmo encontrou os seguintes números: 31% em direito, 13,1% em medicina e 11,7% em engenharia. Percebe-se que os índices encontrados para o Maranhão estão com porcentagens nos três principais cursos acima daqueles por ele encontrado pelo autor (especialmente no caso da engenharia). Chama a atenção também a alta porcentagem de parlamentares formados em direito no Rio Grande do Sul comparativamente àqueles formados em medicina e engenharia.

⁸ Quando o deputado possui mais de um título superior foi considerado o primeiro.

⁹ Nota-se que o número de deputados com formação em direito é maior que o número de deputados que exerceram a advocacia. Isso se deve ao fato de uma parte dos parlamentares formados em direito terem conquistado o título quando já ocupavam cargos eletivos.

particulares na capital ou no interior, em contraposição à importância, no Maranhão, das instituições de outros estados, públicas e particulares.

Quadro 4 – Tipo de instituição de ensino superior

Tipo de Instituição Superior	n.º casos RS	(%) RS	n.º casos MA	(%) MA
Públicas da capital	80	46	40	47
Públicas de outros estados	8	4,5	41	48,2
Públicas do interior	20	11,5	0	0
Particulares da capital	31	17,6	1	1,1
Particulares do interior	35	20,1	0	0
Particulares de outros estados	0	0	3	3,5
Total	174	100	85	100

Fontes: Abreu (2001) e entrevistas

Sendo assim, o tipo de instituição na qual foi concluído o curso universitário se impõe como um indicador potente para a verificação da acentuada diversificação social da “elite política gaúcha” ao contrário do caráter mais fechado da “elite política maranhense”. Os trunfos oportunizados pelo acesso ao ensino superior (título, relações, socialização no movimento estudantil, entre outros) são extremamente relevantes para o desdobramento das carreiras políticas. Portanto, quando as instituições de ensino são mais variadas e mais próximas às “comunidades” de origem existem condições favoráveis para que segmentos cada vez mais distintos ingressem no âmbito universitário e nele iniciem itinerários políticos ascendentes. Diferentemente, quando elas são mais raras e as opções são mais restritas, somada à distância em termos geográficos, agravam-se o dispêndio de tempo, recursos e energia necessário para frequentá-las, os obstáculos à entrada no sistema de ensino superior se avolumam e, conseqüentemente, se avolumam os entraves à reconversão dos possíveis recursos extraídos para a política. Esse fator é, então, simultaneamente causa e consequência de dada composição do perfil das “elites políticas estaduais” e incidem sobre padrões de carreiras (mais eletivas ou de cargos públicos, ascendente a partir de cargos locais ou de “ingresso por cima”) tratados na próxima seção.

Ao longo do período analisado (1945-2006) os deputados federais do Rio Grande do Sul passam cada vez com mais frequência por instituições públicas e privadas localizadas no interior. Em contrapartida os deputados federais do Maranhão permanecem submetidos à praticamente apenas duas escolhas: instituições públicas na capital e instituições públicas (principalmente) e particulares fora do estado (geralmente em “centros” maiores).

Quadro 5 – Tipo de instituição de ensino superior por ano das eleições (RS)

Instituições/El eições	45	50	54	58	62	66	70	74	78	82	86	90	94	98	02	06
Públicas da Capital	12	12	10	13	17	15	8	9	7	9	6	10	7	8	7	7
Públicas Outros Estados	3	1	2	1	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	-
Públicas Interior	-	2	2	2	-	1	1	4	4	6	4	4	6	5	2	2
Particulares Capital	-	1	1	3	3	4	5	8	7	7	9	6	2	2	4	7
Particulares Interior	-	-	-	-	-	-	1	3	6	5	5	6	8	13	11	9
Particulares Outros Estados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	15	16	15	19	20	20	15	24	24	27	24	27	24	29	25	25

Fontes: Abreu (2001) e entrevistas

Quadro 6 - Tipo de instituição de ensino superior por ano das eleições (MA)

Instituições/ Eleições	45	50	54	58	62	66	70	74	78	82	86	90	94	98	02	06
Públicas da Capital	1	2	1	3	5	5	2	4	5	7	8	8	8	8	11	12
Públicas Outros Estados	6	7	7	5	5	9	4	2	3	3	6	10	10	7	5	3
Públicas Interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Particulares Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Particulares Interior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Particulares Outros Estados	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	1	2	2	1	1	-
Total	7	9	8	8	11	14	6	6	8	11	15	20	20	16	17	16

Fontes: Abreu (2001) e entrevistas

Profissionalização e Carreiras Políticas

Os estudos sobre a profissionalização política em linhas gerais apontam para dois processos interdependentes: a concentração dos mandatos por um número reduzido de agentes e a permanência dos mesmos em cargos eletivos e políticos por um período longo de tempo (GARRAUD, 1989; OFFERLÉ, 1999; PHELIPPEAU, 2002, entre outros). Um conjunto de indicadores é utilizado para descrever tais lógicas de funcionamento da política, dentre eles podem ser citados: a idade e o cargo de ingresso na carreira política, o tempo de ocupação de cargos públicos e o número de candidaturas.

As informações sobre idade e sobre cargos de ingresso são elucidativas da escolha da carreira política em detrimento de outras opções de profissões em pauta para os agentes, pois essas permitem perceber em que medida o *métier* implica em recrutamento precoce ou não, assim como se ocorrem por posições periféricas ou centrais. Logo, evidenciam se a carreira política está pautada por um aprendizado lento, gradual e progressivo (iniciado muito cedo e incluindo a passagem por diferentes cargos da hierarquia política e pouca dedicação a outras atividades profissionais) como exigência para a afirmação ou para a ascensão na arena. Os números concernentes ao tempo de ocupação de cargos atestam o desligamento da profissão de origem e a dedicação mais ou menos intensa à carreira eletiva ou política. Por seu turno, o número de candidaturas indica a monopolização não só de funções eletivas, mas de investidas partidárias (monopólio de cargos eletivos e partidários).

Com base nos dados coletados é possível observar que mais da metade dos parlamentares dos dois estados inauguraram na carreira eletiva (ocuparam o primeiro cargo conquistado em pleitos eleitorais) com menos de 35 anos. Esse ingresso precoce se torna ainda mais visível quando é considerada a idade detida nos primórdios da ocupação dos cargos (incluindo eletivos e nomeações), quer dizer, mais de 70% dos casos estrearam com idade inferior a 35 anos, mais da metade antes dos 30 anos e entre 23% no Rio Grande do Sul e 25% no Maranhão antes dos 25 anos.

Ainda no tocante à idade, a comparação entre as *configurações* regionais aponta para uma variação relativa à forma de entrada na política dos agentes que iniciaram suas carreiras relativamente jovens. O Rio Grande do Sul apresenta maiores índices de ingresso precoce na carreira eletiva, ou seja, nesse estado mais de 40% dos agentes começaram sua atuação antes dos 30 anos, contra 28% no Maranhão. Por sua vez, quando considerada a idade de ocupação

do primeiro cargo público, em ambos se encontram índices que se aproximam de 60% de entrada antes dos 30 anos. Tal constatação está ligada à tendência do início na carreira por cargos eletivos no Rio Grande do Sul e por cargos públicos no Maranhão.

Quadro 7 - Idade de ingresso na carreira eletiva

Idade	n.º de casos RS	(%) RS	n.º de casos MA	(%) MA
18-25	30	15	11	11
26-30	55	27,5	17	17
31-35	33	16,5	20	20
36-40	37	18,5	29	29
+ de 40	45	22,5	23	23
Total	200	100	100	100

Fontes: Abreu (2001) e entrevistas

Quadro 8 - Idade de ingresso na carreira política

Idade	n.º casos RS	(%) RS	n.ºcasos MA	(%) MA
18-25	46	23	25	25
26-30	67	33,5	34	34
31-35	29	14,5	16	16
36-40	31	15,5	15	15
+ de 40	27	13,5	10	10
Total	200	100	100	100

Fontes: Abreu (2001) e entrevistas

Cotejando as informações por estado sobre o primeiro cargo eletivo ocupado, as dessemelhanças entre os padrões regionais vêm à tona, uma vez que 39,5 % dos deputados federais do Rio Grande do Sul ingressaram na carreira política via posições eletivas locais (vereança, vice-prefeitura e prefeitura) contra 13% do Maranhão. Ademais 50% dos deputados federais do Maranhão iniciam por cargos políticos administrativos, logo não-eletivos (somando cargos de 1.º e 2.º escalão em nível municipal, estadual e federal) contra 25% no Rio Grande do Sul. Examinando os deputados federais que inauguraram na carreira política diretamente pelo parlamento estadual ou nacional não se percebem diferenças significativas entre os estados.

Tais padrões são corroborados com a verificação das informações sobre o cargo de ingresso na carreira eletiva (primeiro cargo eletivo ocupado). Os dados mostram que no RS 47% dos deputados federais começaram a carreira eletiva por posições locais, como vereadores (39%), vice-prefeitos e prefeitos (8% somados); contra apenas 18% no Maranhão que iniciaram por posições do mesmo tipo, isto é, como vereadores (12%) e como prefeitos e vice-prefeitos (6%). Contrariamente, no Maranhão 80% dos agentes investigados debutaram na ocupação de cargos eletivos como deputados federais (44%) ou estaduais (36%); contra

53% no RS que ingressaram pelos mesmos cargos (27% e 26%, respectivamente). Dois dados merecem destaque: 1) dos deputados federais analisados no RS 39% e no MA 12% iniciaram suas carreiras eletivas como vereadores; 2) e, dos deputados gaúchos 27% chegaram diretamente a Câmara dos Deputados sem passar por vereança, prefeitura ou deputação estadual e para os maranhenses esse índice é de 44%.

Quadro 9 - Cargo de ingresso na carreira política

Cargo	n.º de casos RS	(%) RS	n.º de casos MA	(%) MA
Vereador	67	33,5	9	9
Deputado estadual	34	17	21	21
Deputado federal	37	18,5	16	16
Prefeito/Vice-prefeito	12	6	4	4
Cargos administrativos (nomeação)	50	25	50	50
Total	200	100	100	100

Fontes: Abreu (2001) e entrevistas

Quadro 10 – Cargo de ingresso na carreira eletiva

Cargo	n.º de casos RS	(%) RS	n.º de casos MA	(%) MA
Vereador	78	39	12	12
Deputado estadual	52	26	36	36
Deputado federal	54	27	44	44
Prefeito/Vice-prefeito	16	8	6	6
Vice-Governador	-----	-----	2	2
Total	200	100	100	100

Fontes: Abreu (2001) e entrevistas

O primeiro cargo conquistado na carreira eletiva, assim como o local de escolarização superior verificado anteriormente, é um indicador consistente que permite cotejar as duas populações e demonstrar os processos de diversificação social e ampliação relativa do acesso à “elite política” no Rio Grande do Sul e de controle das oportunidades políticas por parte de uma “elite política” mais “fechada” no Maranhão. Quando se observam os percursos políticos seguidos pelos agentes que iniciaram suas carreiras por posições periféricas (principalmente vereador) e alcançaram posições de destaque da política estadual (como é o caso do cargo de deputado federal), evidencia-se um espaço político mais competitivo e aberto. Quando prevalece o “ingresso por cima” na carreira política eletiva, quer dizer, diretamente pela ocupação de cargos mais altos na hierarquia política, o controle e a seleção prévia por parte dos agentes já estabelecidos ou das máquinas políticas se mostram decisivos. No decorrer do período estudado (1945-2006) constata-se o aumento, principalmente a partir da década de setenta, de deputados federais gaúchos que começaram sua carreira eletiva como vereador. Já

os deputados federais maranhenses continuaram debutando em cargos eletivos principalmente como deputados federais e deputados estaduais.

Quadro 11 - Cargos ingresso na carreira eletiva por ano das eleições (RS)

Cargos/ Eleições	45	50	54	58	62	66	70	74	78	82	86	90	94	98	02	06
Vereador	-	3	1	1	3	3	10	16	16	15	12	10	10	20	14	13
Prefeito/Vice	2	-	-	-	2	3	2	4	4	2	-	2	3	3	1	1
Dep. Est	5	7	12	11	11	11	3	3	3	6	4	7	3	1	4	5
Dep. Fed	8	6	4	6	9	7	5	5	5	5	11	10	10	8	7	5
Vice-Gov.																
Total	15	16	17	18	25	24	20	28	28	28	27	29	26	32	26	24

Fontes: Abreu (2001) e entrevistas

Quadro 12 - Cargos ingresso na carreira eletiva por ano das eleições (MA)

Cargos/ Eleições	45	50	54	58	62	66	70	74	78	82	86	90	94	98	02	06
Vereador	-	2	-	1	1	-	-	1	2	-	3	2	2	1	1	3
Prefeito/Vice	-	-	-	-	1	1	-	-	1	1	1	1	2	2	2	-
Dep. Est	3	1	3	2	5	7	2	5	6	7	10	9	12	9	8	7
Dep. Fed	7	6	6	6	6	8	4	3	4	8	5	8	5	9	11	8
Vice-Gov.	-	-	-	1	1	2	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Total	10	9	9	10	14	18	6	9	13	16	19	21	21	21	22	18

Fontes: Abreu (2001) e entrevistas

Tal discrepância nos padrões de carreiras se traduz igualmente nas diferenças quanto à experiência eletiva prévia à chegada ao cargo de deputado federal. Somando os anos de cargos eletivos que os deputados federais exerceram ou alcançaram antes de se eleger deputado federal pela primeira vez, revela-se mais uma vez a variação regional. Analisando o quadro abaixo se percebe que 28,5% dos casos analisados do Rio Grande do Sul e apenas 10% dos casos analisados do Maranhão desempenharam ou conquistaram nas urnas mais de 8 anos de mandatos eletivos antes de chegar ao Congresso Nacional. E 73% (quase $\frac{3}{4}$) dos parlamentares maranhenses chegaram à Câmara dos Deputados com menos de 4 anos de mandatos eletivos conquistados, contra 47,5% (menos da metade) dos parlamentares gaúchos.

Quadro 13 - Experiência eletiva prévia ao mandato de deputado federal

Anos de cargos eletivos prévios exercidos ou conquistados	n.º de casos RS	(%) RS	n.º de casos MA	(%) MA
0	56	28	43	43
1-4	39	19,5	30	30
5-8	48	24	17	17
+ de 8	57	28,5	10	10
Total	200	100	100	100

Fontes: Abreu (2001) e entrevistas

Os dados apresentados até então conformam padrões de carreiras e de profissionalização política e são reforçados pela exposição de informações referentes ao tempo de mandato eletivo, ao tempo de ocupação de cargos políticos e ao número de candidaturas. Essas últimas foram coletadas somente entre aqueles deputados que estão afastados das disputas políticas. Foram, portanto, excluídos os ocupantes de mandatos entre 2000 e 2006 e aqueles que concorreram a cargos eletivos no mesmo período, pois sua inclusão acarretaria em prejuízo no poder de explicação dos indicadores. Contabilizar os deputados em plena carreira (alguns inclusive no início dela) implicaria na tendência à redução dos índices de tempo de ocupação de cargos e de número de candidaturas.

De modo geral, prevalecem as carreiras políticas longas em termos de tempo de ocupação de cargos, isto é, mais de 70% dos deputados ultrapassaram 16 anos e mais da metade ultrapassaram 20 anos de cargos políticos. De modo específico, entre os deputados gaúchos, acima de 65% deles ultrapassam 16 anos de mandatos eletivos, ao passo que entre os maranhenses esse índice é de 50%. Sendo assim, observa-se o maior peso dos cargos eletivos no tempo total de carreira para os deputados do RS e o maior peso dos cargos públicos no tempo total de carreira para aqueles do Maranhão.

Quadro 14 - Tempo de carreira política

Anos	n.º de casos RS	(%) RS	n.º de casos MA	(%) MA
10 ou -	17	13,6	4	10
11-15	15	12	4	10
16-20	24	19,2	10	25
+ de 20	69	55,2	22	55
Total	125	100	40	100

Fontes: Abreu (2001) e entrevistas

Quadro 15 - Tempo de carreira eletiva

Anos	n.º de casos RS	(%) RS	N.º de casos MA	% MA
10 ou -	26	20,8	11	27,5
11-15	17	13,6	9	22,5
16-20	41	32,8	8	20
+ de 20	41	32,8	12	30
Total	125	100	40	100

Fontes: Abreu (2001) e entrevistas

Deve-se salientar também que mais de 60% dos deputados nos dois estados concorreram 5 vezes ou mais a cargos eletivos. Sem deixar de mencionar que apenas 8,8 % dos deputados gaúchos e 12% dos deputados maranhenses concorreram 1 ou 2 vezes.

Quadro 16 - Número de candidaturas

N.º Candidaturas	N.º de casos RS	% RS	N.º de casosMA	%MA
1-2	11	8,8	5	12,5
3-4	30	24	11	27,5
5-6	40	32	15	37,5
7 ou +	44	35,2	9	22,5
Total	125	100	40	100

Fontes: Abreu (2001) e entrevistas

Ao monopólio de cargos eletivos, de cargos políticos e de candidaturas, soma-se o controle dos mesmos por um conjunto de “famílias de políticos” em ambos os contextos examinados. A pesquisa permitiu identificar que 50% dos deputados federais do Rio Grande do Sul e 70% dos deputados federais do Maranhão possuem parentes que ocuparam ou ocupam cargos eletivos. No conjunto da população analisada em cada estado, 25% no Rio Grande do Sul e 30% no Maranhão têm ascendentes que exerceram ou exercem cargos eletivos; 16% no Rio Grande do Sul e 22% no Maranhão possuem descendentes que ocuparam ou ocupam cargos eletivos; e 31% no Rio Grande do Sul e 40% no Maranhão têm membros da mesma geração na “família” que desempenharam ou desempenham cargos eletivos. Ademais, o número de parentes com cargos eletivos em um mesmo grupo familiar é outro dado importante. No Rio Grande do Sul 10% dos deputados têm, no mínimo, 5 parentes que ocuparam ou ocupam cargos eletivos, enquanto no Maranhão a porcentagem chega a 15%. Mais de 30% dos deputados gaúchos e 42% dos deputados maranhenses possuem entre 2 e 4 parentes que ocuparam ou ocupam cargos eletivos. Sem desconsiderar que 30% dos deputados gaúchos e 47% dos deputados maranhenses pertencem a “famílias de políticos” de 2, 3, ou 4 gerações de ocupantes de cargos eletivos. Os dados demonstram, então, um maior peso do vínculo de parentesco entre políticos ocupantes de mandatos eletivos no Maranhão, mas indicam uma significativa presença também de laços familiares entre a “elite política” gaúcha¹⁰.

¹⁰ Seria necessário uma análise mais minuciosa para verificar o peso entre os agentes com parentesco com outros políticos da “hereditariedade política” (a contribuição familiar pra predispor os agentes a investirem na carreira) e da “hereditariedade eletiva” (o parentesco como um recurso eleitoral). Ver Garraud (1992, 1989).

Diversificação Social e Padrões de Especialização (1945-2006)

Após examinar os padrões de especialização política nos dois estados e confrontar as bases sociais e políticas de profissionalização, nesta seção é apresentado um panorama longitudinal e diacrônico que permite caracterizar as dinâmicas de concorrência e de alianças entre agentes oriundos de segmentos sociais distintos e engajados em carreiras cada vez mais profissionalizadas. Assim, pretende-se expor os elementos que interferem na própria constituição dos espaços políticos. A análise que segue se centra, então, nos processos de reconversão, reprodução, ascensão e afirmação de agentes e “famílias de políticos” ao longo do século XX. Seguindo as diretrizes de Norbert Elias (2001) para o estudo da sóciogênese da profissão naval na Inglaterra¹¹ e a aplicação das mesmas orientações feita por Eric Phelippeau (1999, 2001 e 2002) para a análise da invenção do homem político na França, o acento aqui recai sobre as tensões microscópicas, as entradas e defecções, as osmoses e as interpenetrações entre agentes provenientes de extrações sociais diferenciadas.

O período inaugurado com a queda do “estado-novo” marcou um dos “ciclos de redemocratização” na política brasileira. A dinâmica da disputa partidária e os padrões de comportamento eleitoral no período são aspectos estudados em detalhe pela Ciência Política no Brasil¹². No referido período, apesar da instabilidade do “sistema político” brasileiro, verifica-se a diversificação social e ideológica da “elite política” com o ingresso de agentes oriundos de segmentos sociais distintos e a redefinição dos repertórios de mobilização acionados por ocupantes de cargos eletivos. No entanto, pouca atenção tem sido dada às transformações na composição da “elite política”, suas origens sociais, a diversificação das bases sociais de recrutamento e as conseqüências na reconfiguração do espaço político no país (entre as exceções encontram-se os trabalhos de MICELI, 1981).

Estudos com ênfase institucional que se debruçaram sobre o novo “ciclo de redemocratização” e a instauração do multipartidarismo, a partir do final dos anos setenta,

¹¹ Como sugere Norbert Elias (2001) cumpre perceber como o processo histórico de constituição de uma profissão implica na complementaridade entre diferenciação e integração, entre especialização e fusão. As tensões e conflitos entre agentes com origens em camadas sociais diferenciadas (características sociais, estilos de vida, auto-percepções da sua posição social diversa), assim como a formação, o treinamento e as carreiras distintas que definem os ingressos em um domínio em vias de profissionalização, produz divisão de tarefas ou de atribuições, rivalidades e lutas. No entanto, fabricam ao mesmo tempo funções sociais que mesclam as habilidades e as competências dos agentes e pautam padrões e códigos inovadores para as relações humanas entre profissionais e destes com os profanos.

¹² Para uma revisão de bibliografia sobre o período ver Cánepa (1999).

deslocaram o debate para as relações entre executivo e legislativo, disciplina ou coesão das bancadas no Congresso e nas Assembléias Legislativas, coligações e migrações partidárias, resultados eleitorais, etc. Avaliações mais ou menos críticas e conflitantes entre si sobre o sistema partidário vigente de lá para cá passaram a dominar a agenda¹³. Ao mesmo tempo foram desenvolvidos alguns trabalhos mais isolados sobre perfis, recursos, recrutamento e composição social das “elites políticas” (RODRIGUES, 2002, 2006; CORADINI, 2001, 2007; SANTOS, 1999).

Entre os aspectos que parecem ainda não privilegiados pelos analistas das competições políticas ocorridas ao longo da segunda metade do século XX e início do século XXI estão os mecanismos responsáveis pela presença em cargos eletivos de agentes que pertencem a “famílias tradicionais” e pela persistência das mesmas no interior da “elite”. Da mesma forma, as *entradas na política*¹⁴, no período 1945-1964, de “descendentes de imigrantes” (alemães, italianos, sírios, libaneses, etc.) radicados no Brasil no século XIX e início do século XX, a reprodução “familiar” na política e o aumento da presença de agentes com essas origens nos momentos subseqüentes não mereceram atenção especial (embora alguns autores tenham apresentado pistas importantes nesse sentido, como CORADINI, 1998b; SEYFERTH, 1999). Sem deixar de frisar a escassez de pesquisas concentradas nos condicionantes e nos efeitos das *entradas na política* de agentes com origens sociais mais baixas a partir do militantismo sindical, associativo, partidários, etc. (destaque feito aos trabalhos de RODRIGUES, 2002, 2006; e CORADINI, 2001, 2007). Menos comuns ainda são os estudos que se lançam a estabelecer comparações entre *configurações* regionais, mesmo que o fator “federalismo” seja constantemente mencionado na bibliografia de inspiração institucionalista.

Os dados referentes aos perfis dos deputados e às carreiras, assim como à posição social de origem (principal atividade profissional desempenhada pelo ascendente do primeiro ocupante de cargo eletivo na “família”) e ao momento de entrada na política do deputado ou da “família de políticos” (quando é o caso) permitiram atentar para os processos de especialização em realidades contrastantes e de identificar padrões em concorrência em cada

¹³ Alguns importantes balanços da literatura sobre o período podem ser encontrados. Ver Rodrigues (2002); Santos (2000).

¹⁴ O termo é usado aqui no sentido proposto por Offerlé: “(...) combinando predisposições socialmente e historicamente constituídas para a realização política (...) e a idéia de constituição de uma atividade especializada (...). Entradas na política no plural, pois se trata de estudar tanto trajetórias individuais quanto trajetórias coletivas (...). de perceber de que maneira os novos ingressantes devem adaptar suas propriedades aos condicionantes estruturais do *métier* e da profissão política tendencialmente delimitados sem ser fechados ou codificados; de que maneira os ingressantes criam e recriam pela sua concorrência (entre eles e seus predecessores) as condições de possibilidade de sua realização política” (1996:3).

uma delas. Tais informações foram encontradas para 93 deputados federais do Rio Grande do Sul e 42 do Maranhão.

Sendo assim, na sequência são analisados três padrões de acesso, afirmação e reprodução no espaço político. O primeiro abarca os “descendentes” das “famílias mais tradicionais”, estabelecidas social e politicamente desde o século XIX e início do século XX. O segundo reúne os deputados egressos de “famílias” marcadas por uma “ascensão social” significativa na primeira metade do século XX, com presença preponderante de “descendentes de imigrantes”. E o terceiro (minoritária nos dois estados investigados) congrega os casos de ascensão política a partir de origens sociais mais baixas, calcada na atuação militante em diversos espaços.

Tanto no Rio Grande do Sul como no Maranhão, os casos que se aproximam do primeiro padrão compartilham, em linhas gerais, de algumas características. Os “antepassados” dos agentes pertencem às “elites locais” desde o século XIX e o pai do primeiro político na “família” se dedicou à administração de grandes propriedades rurais, ao comércio urbano estabelecido e às carreiras públicas e militares (sendo que tais ocupações não eram excludentes entre si). O ingresso no âmbito dos cargos eletivos do primeiro membro da “família” geralmente ocorreu ainda no século XIX ou na primeira metade do século XX. Quase sempre os deputados debutaram na ocupação de cargos eletivos por postos mais centrais (especialmente pela deputação estadual e federal). Em geral adquiriram títulos superiores (sobretudo em direito, medicina e engenharia) em grandes instituições públicas nas capitais de seus estados ou em centros maiores. Nos dois contextos pesaram decisivamente o investimento em títulos escolares e a reconversão dos laços herdados e adquiridos em prestígio no interior de máquinas partidárias estaduais ou nacionais. As variações regionais mais significativas em termos de perfis sociais no interior desse padrão residem no fato de que, diferentemente do RS, para os deputados do MA há um maior peso da passagem por cargos políticos não eletivos no início e ao longo das carreiras, e por instituições públicas de ensino superior em outras capitais do país.

No que diz respeito ao segundo padrão, esse integra os “descendentes” de “famílias” que se estabeleceram socialmente nas décadas de trinta, quarenta e cinquenta e o pai do primeiro político comumente se dedicava ao comércio (muitas vezes fazendo intermediação de “regiões” de “colônias” de imigrantes). Muitas dessas famílias estiveram ligadas às dinâmicas de imigração do século XIX e início do século XX e seus membros ascenderam e tornaram-se prósperos comerciantes e empresários. O ingresso da “família” na competição eleitoral ocorreu, então, a partir dos anos trinta com forte incremento no período pós-

redemocratização de 1945. A grande maioria dos políticos são portadores de títulos superiores semelhantes àqueles conquistados pelos “descendentes” de “grupos familiares” estabelecidos há mais tempo. Outro fator comum é a combinação da ocupação de cargos municipais (prefeituras e vereança) e estaduais (deputação estadual ou federal, secretarias, etc.) por diferentes membros das “famílias”. E essa divisão do trabalho político facilita tanto a manutenção de redutos (em geral onde se encontra a “colônia de imigrantes” da qual são originários) como a afirmação estadual junto às máquinas e facções que disputam a hegemonia no cenário regional.

No que pese a existência dessas semelhanças, uma série de aspectos distingue os casos examinados. No Rio Grande do Sul o ingresso na carreira eletiva ocorreu majoritariamente por cargos locais (com destaque para a vereança), e no Maranhão pela deputação estadual ou federal e, eventualmente, pela prefeitura (muito raramente pela vereança). No primeiro estado, há uma maior afirmação eleitoral local baseada no prestígio conquistado como comerciantes e empresários e uma ascensão gradativa às posições eletivas e partidárias centrais no estado. No segundo estado, há igualmente a obtenção de notoriedade advinda do sucesso empresarial, porém essa proporciona a fixação na capital e a cooptação para o exercício de cargos políticos, para a direção das máquinas políticas estaduais e para as candidaturas. No que se refere aos elementos ligados à imigração, cabe ressaltar a maior diversificação étnica no Rio Grande do Sul (alemães, italianos, sírios, libaneses, poloneses, etc.) e o uso muito mais direto e explícito dessa identificação como recurso de mobilização eleitoral. Ao passo que no Maranhão a mesma restringe-se a segmentos de “descendentes de libaneses” que constroem suas bases eleitorais via alianças políticas e matrimoniais no interior das máquinas partidárias e do círculo de “famílias” que as controlam. Finalmente, deve-se grifar a maior diversificação dos investimentos escolares no Rio Grande do Sul que ocorre por meio de instituições públicas situadas na capital (como as “famílias tradicionais”), e também por instituições privadas na capital (sobretudo PUC) e por instituições no interior públicas ou privadas (as chamadas “instituições comunitárias”). No Maranhão tais segmentos ascendentes necessitam freqüentar instituições públicas situadas na capital ou em centros maiores, configurando maior concentração e seleção social na formação da “elite política” estadual¹⁵.

E o terceiro padrão contempla um conjunto de deputados que se aproximam pela “origem humilde” (reivindicada nas auto-apresentações). Seus “antepassados” pertenceram às camadas mais baixas da população e a ascensão social sucedeu ao ingresso na competição

¹⁵ Uma comparação sobre o processo de afirmação e reprodução na política de “famílias de descendentes de imigrantes” no dois estados encontra-se em Grill (2007b).

eleitoral. O pai do deputado ou do primeiro político na “família” exerceu profissões como de pequeno agricultor, pequeno comerciante, empregado de grandes propriedades rurais, pescador, metalúrgico, pedreiro, etc. A estréia dos agentes ou dos seus “familiares” na disputa por cargos eletivos aconteceu a partir do final dos anos cinqüenta, intensificando-se nas últimas décadas. Predominam os deputados com título superior. Raramente os casos associados a esse padrão inauguraram sua atuação como ocupantes de cargos eletivos como deputado federal. Majoritariamente eles estrearam como vereadores (mais freqüente no Rio Grande do Sul) ou deputados estaduais (mais freqüente no Maranhão). A relevância da passagem por instituições privadas na capital e privadas e públicas no interior entre os deputados gaúchos, em contraposição à centralidade das instituições públicas na capital para os deputados maranhenses, é o principal elemento de diferenciação regional.

Analisando a posição social de origem de 93 deputados gaúchos, 22 são egressos de grupos familiares ligados ao “mundo da estância” (cujos ascendentes se dedicaram a atividades profissionais semelhantes àsquelas encontradas no Maranhão); 43 de segmentos que ascenderam social e politicamente na segunda metade do século XX a partir de atividades comerciais (na sua maioria empreendida por descendentes e imigrantes alemães, italianos, sírios e libaneses); e 22 ingressaram na arena eletiva a partir de uma “origem humilde” (os pais dos primeiros membros das “famílias” na política tendo desempenhado ocupações manuais, atividades ligadas à pesca ou à pequena agricultura, empregados em grandes propriedades rurais, pequeno comércio, etc.). Já entre os 42 parlamentares maranhenses, 22 são originários de “grupos familiares” que combinaram elementos advindos da origem nas grandes propriedades rurais, do investimento em carreiras profissionais de destaque (militares, jurídicas e médicas) e dos empreendimentos comerciais estabelecidos há mais tempo; 13 de “grupos familiares” marcados pela ascensão social a partir de atividades ligadas ao comércio, sobretudo a cargo de “famílias de imigrantes”; e 7 deles têm “origem humilde”.

Em termos comparativos, ressalta-se a maior presença de deputados egressos dos segmentos mais “tradicionais” e estabelecidos há mais tempo no Maranhão (metade dos casos). Em contrapartida, entre os deputados gaúchos destacam-se os descendentes de “famílias” que ascenderam economicamente ao longo da primeira metade do século XX. Quanto aos parlamentares de “origem humilde”, é importante sublinhar que são minoritários nos dois cenários e apresentam peso semelhante em termos proporcionais (pouco menos de ¼ dos casos nos dois estados).

No tocante ao momento de ingresso das “famílias” na arena eletiva, cabe destacar que entre os parlamentares maranhenses 20 advém de “famílias” que inauguraram sua atuação

antes do Estado Novo; 12 no período de 1945-66; 5 entre os anos de 1967-81; e 5 durante a chamada redemocratização (a partir das eleições de 1982). Por seu turno, entre os parlamentares gaúchos, 24 deles pertencem a “famílias” que debutaram na ocupação de cargos eletivos antes do Estado Novo; 46 estrearam no período de 1945-66; 8 no decorrer dos anos de 1967-81; e 15 “famílias” estrearam nessa inserção depois das eleições de 1982. Como se percebe, há proporcionalmente uma maior persistência na política de “grupos familiares” estabelecidos politicamente no período pré-Estado Novo no Maranhão (quase 50% dos casos) do que no Rio Grande do Sul. Por outro lado, há uma presença bem mais acentuada (quase 50% dos casos) de políticos originários de “grupos familiares” estabelecidos nos momentos que sucedem o Estado-Novo (1945-64) e no período recente de redemocratização (pós-1982) no Rio Grande do Sul.

Considerando ainda aqueles parlamentares para os quais se dispõem do conjunto de informações (dados sobre ascendentes, momentos de ingresso da “família” na arena de ocupação de cargos eletivos, profissão, escolarização, local de escolarização e carreiras) evidencia-se que os deputados podem aproximar-se mais de um ou outro padrão em momentos distintos.

Tomando os parlamentares que atuaram no Congresso Nacional entre 1945 e 1966 é possível associar, no Rio Grande do Sul, 10 deputados ao primeiro padrão; 8 ao segundo padrão; e apenas 2 ao terceiro. Já no Maranhão para o mesmo período, 11 se aproximam do primeiro padrão; e 8 do segundo. Observando aqueles que ocuparam o cargo de deputado federal entre 1967 e 1982, no Rio Grande do Sul 6 casos aproximam-se do primeiro padrão; 12 do segundo; e 6 do terceiro. Por sua vez, no Maranhão, 6 deputados podem ser identificados com o primeiro padrão; 4 com o segundo; e apenas 1 com o terceiro. Por fim, examinando os deputados federais do período recente (iniciado com os parlamentares eleitos em 1982 sob a reorganização partidária) encontram-se, no Rio Grande do Sul, 10 deputados ligados ao primeiro padrão; 34 ao segundo; e 19 ao terceiro. Enquanto no Maranhão entre os deputados que tiveram assento no parlamento de 1983 até a atual legislatura, 9 podem ser associados ao primeiro padrão; 5 ao segundo; e 7 ao terceiro.

A aproximação dos deputados a determinados padrões em cada momento e em cada estado permitem algumas considerações. Em primeiro lugar, corrobora-se a importância da ascensão política, no período compreendido entre 1945-64, de segmentos até então *outsiders*, principalmente os “descendentes de imigrantes” que passam a coabitar o espaço político com “grupos familiares” mais “tradicionais”. Em segundo lugar, afirma-se a escalada no último período de políticos oriundos de camadas mais baixas da hierarquia social, apontando para a

valorização de novas arenas como sindicatos, movimento estudantil, igrejas, e até mesmo inserções partidárias mais consistentes como “viveiros” de novos quadros parlamentares.

O elemento de maior diferenciação entre os dois estados reside na maior persistência do peso dos deputados associados ao segundo padrão no Rio Grande do Sul e ao primeiro padrão no Maranhão.

A dinâmica de transformação da estrutura social ocorrida no Rio Grande do Sul ao longo do século XX fortaleceu decisivamente as “elites políticas” advindas das “regiões coloniais”, uma que as mesmas tornaram-se privilegiadas do ponto de vista demográfico (logo, em termos de votos), econômico e, inclusive, de acesso ao ensino superior (TRINDADE E NOLL, 1998; CORADINI, 1998a). Sendo assim viabilizou-se o controle pelos agentes originários dessas “localidades” dos principais cargos políticos e partidários e igualmente da condução da sucessão política ao longo do período (dirigida, em muitos casos, para os “herdeiros” no interior da “família” e para os “afilhados políticos”).

No Maranhão, ao contrário, a dinâmica social não apontou para grandes transformações na estrutura social tampouco para modificações no equilíbrio de poder entre os segmentos dos quais são originários os políticos. Além disso, desde a origem houve mais uma “cooptação” pelas facções dominantes no plano estadual do que a afirmação desses novos segmentos (em especial os “descendentes de imigrantes”). As “famílias tradicionais” permaneceram controlando as principais posições, agremiações e movimentos na política e acionando tanto estratégias de reconversão como de reprodução que beneficiaram seus “herdeiros” na “família” ou nas facções políticas. Continuaram assim incorporando novos quadros provenientes de segmentos sociais distintos (entre eles novos grupos ascendentes economicamente e as lideranças fincadas em bases de militância diversas).

Podem ser examinadas ainda as formas de apresentação das origens (“antepassados”) e os modos de classificação da atuação política dos deputados e das suas “famílias”. Observa-se a vinculação entre os perfis e as concepções acerca da atividade política, assim como com as lutas entre agentes egressos de segmentos distintos da sociedade pela definição da forma legítima de fazer política e pela legitimação dos seus recursos pessoais e familiares.

No interior do padrão mais “tradicional” ou estabelecido há mais tempo, os deputados federais e membros da “família” com atuação política e eletiva buscam na sua vinculação com o passado político local trunfos para a distinção no espaço de competição ou para a legitimação das suas carreiras políticas. No caso do Rio Grande do Sul, tal elo se faz com a ativação, nas narrativas oferecidas pelos agentes, da participação de “antepassados” em lutas entre facções políticas e militares que marcaram o cenário estadual no século XIX e início do

século XX, bem como na ênfase dada ao fato de pertencerem aos restritos círculos de elites culturais e econômicas. No caso do Maranhão, a associação estabelecida é com a “imagem” difundida de um apogeu econômico e cultural que se traduzia num estilo de vida sofisticado e numa tradição intelectual de diferentes matizes e passíveis de diversos usos.

A referência de síntese que acionam nas definições sobre o exercício da atividade política é a de “vocação pública” (ou, nos termos utilizados, para a “coisa pública”, para o “serviço público”, para a “doação às funções públicas”, etc.). O binômio formado pelas idéias de “vocação” e “pública” se apóia sobre um conjunto de atributos naturalizados como “formação”, “preparo”, “cultura”, “erudição”, “conhecimento”, “poder argumentativo”, “tradição de estudo”, etc. Como se vê, a vinculação a grupos familiares estabelecidos há mais tempo e o acesso a títulos – que durante muito tempo foram raros nas *configurações* regionais –, fixam um conjunto de “imagens” pessoais e “familiares”. Essas acabam servindo de trunfos para as tentativas de estabelecer distinções em relação aos demais políticos e de proclamar uma *performance* política “nobre”, “desinteressada”, “qualificada”, etc. pautando modelos de conduta.

Já a tônica de celebração da “origem familiar” entre os políticos que pertencem a “famílias” que se afirmaram mais recentemente recai na descrição das condições de origem adversas (sobretudo entre “imigrantes”) e na excepcionalidade do trajeto do grupo familiar. O contraste entre o ponto de partida (obstáculos, dificuldades, discriminação) e o itinerário de “sucesso” em termos de ascensão social é grifado nos relatos. Nas formas de definição do exercício da atividade política acionam qualidades naturalizadas que são buscadas exatamente nas biografias individuais e coletivas bem sucedidas e ascendentes. Apresentam-se como detentores de uma “vocação” para o “empreendedorismo” e para o “trabalho comunitário”. Para tanto, se utilizam de atributos que acreditam serem inatos como “capacidade de trabalho”, “capacidade de comunicação”, “audácia”, “vivência empresarial”, etc. É interessante que os trunfos e as “habilidades” construídas sob condicionantes específicos de afirmação social e econômica acabam se constituindo em “qualidades” tidas como próprias dos “alemães”, dos “italianos”, dos “sírios”, dos “libaneses” e/ou de determinadas “famílias de políticos”. Sendo assim, as exceções (os casos excepcionais de ascensão) estabelecem a “regra” e prescrevem condutas modelares na política.

Por fim, entre aqueles políticos que se aproximam do terceiro padrão, os relatos concernentes às “origens familiares” se centram na caracterização da “precariedade”, da “humildade”, da “carência” que marcaram os “antepassados” do primeiro político. São enfatizados os aspectos que os diferenciam dos demais políticos de origem “tradicional” ou

que são originários de “famílias” que ascenderam economicamente, tais como a inexistência de “tradição política familiar”, as dificuldades de acesso aos títulos escolares e a “necessidade de conciliar trabalho e estudo”. Os entrevistados, nas estratégias de auto-apresentação e para explicar a ascensão política a partir da “origem humilde”, utilizam termos para definir sua “vocação política” e de seus familiares como “obstinação”, “superação”, “missão” e até “predestinação”. A idéia de excepcionalidade, assim, se apóia na raridade do perfil no interior da “classe política”, na baixa probabilidade de êxito sob tais condições e no exemplo de “superação”.

Além de utilizarem suas origens e recursos como critérios de legitimação e de definição das suas atuações políticas, os agentes investem também na desqualificação ou estigmatização dos adversários. Por um lado, a aproximação com o “padrão mais tradicional” contribui para que os agentes identifiquem nos novos perfis que ingressam na arena eletiva causas da “degeneração da política”, do “espírito público”, etc. que seriam compatíveis com as suas qualidades ou atributos. Entre os principais repertórios de “desqualificação” encontra-se a crítica à “profissionalização da política”, ao “carreirismo”, à busca da política como “subsistência”, etc.

Por outro lado, aqueles que buscam afirmar-se no jogo político assinalam a importância para a “democracia” da “renovação” e da presença de novos segmentos sociais nos postos políticos, associando os agentes ligados a “grupos familiares” estabelecidos, social e politicamente, há mais tempo a traços de “conservadorismo”, “atraso” e “estagnação”. Como elemento fundamental de desqualificação, esses agentes lançam mão da associação entre “famílias tradicionais” e “oligarquias”, “aristocratismo”, “dinastias”, “nepotismo”, “patronagem”, etc.

É necessário realçar que tais “denúncias” não significam que os seus promotores abdicuem de longos períodos de cargos políticos (no primeiro caso) ou de promover a sucessão política no interior da “família” (no segundo caso). É importante salientar ainda que, embora haja uma correlação entre perfis e estratégias que visam desacreditar os concorrentes, tais investimentos em desqualificação são relativos às relações que estão sendo enunciadas. As designações de “político tradicional” e “família tradicional”, por exemplo, podem ser usadas para classificar qualquer político ou grupo familiar estabelecido há mais tempo que aquele que faz uso da expressão, buscando afirmar-se. Do mesmo modo, a crítica à “profissionalização na política” é sempre mais contundente em entrevistados que estão no início da carreira e é dirigida aos políticos mais experientes.

Contudo, as interações não se resumem às oposições ou rivalidades, da mesma forma há alianças, osmose e interpenetrações. É significativo o número de casamentos entre descendentes de “famílias” com perfis diferenciados (“tradicional”, “ascendente” e de “origem humilde”) formando “famílias de políticos” ainda com melhores resultados eleitorais e com uma superfície de relações e de bases sociais ainda mais variadas e eficazes. Além disso, as lógicas de concorrência levaram à produção de meios, de tecnologias e de repertórios comuns e próprios ao espaço político. O enfraquecimento das redes de dependentes e clientes administradas pelas “elites tradicionais” fez com que as mesmas investissem em máquinas partidárias (cooptando e integrando novos segmentos sociais sob a sua influência), em meios de comunicação, em cabos eleitorais remunerados, em discursos inovadores, etc. Os mecanismos já sedimentados de relação candidato-eleitor levaram as novas camadas sociais a utilizarem práticas baseadas na reciprocidade, no dom e na honra, possibilitadas, por seu turno, pela complexificação do espaço da “representação política” (organizações, instituições, etc.).

Bibliografia

- ABREU, Alzira; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30*. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 2001
- BORGES, A. S. *Conexão Eleitoral e Atuação Parlamentar* – representantes e bases eleitorais no Maranhão. Rio de Janeiro: IUPERJ, Tese de Doutorado, 2005.
- BUZAR, B. *Vitorinistas e Oposicionistas*. São Luís: Lithograf, 2001.
- BUZAR, B. *O Vitorinsismo*. Lutas Políticas no Maranhão de 1945 a 1965. *Lithograf*, 1998.
- CÁNEPA, M. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no RS (1945-1965)*. Porto Alegre. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 1999. 2 v.
- CORADINI, Odaci Luiz. “Engajamento Associativo-sindical e Recrutamento de Elites Políticas: tendências recentes no Brasil”. *Revista Sociologia Política*. Curitiba, **28**, p. 195-213, jun. 2007
- CORADINI, Odaci Luiz.. *Em nome de quem?* Recursos Sociais no recrutamento de Elites Políticas. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 2001.
- CORADINI, Odaci Luiz. *Elites Culturais e Concepções de Política no Rio Grande do Sul entre as décadas de vinte e sessenta*. Relatório de Pesquisa para o CNPq. Porto Alegre, 1998a.
- CORADINI, Odaci Luiz. “Origens Sociais, Mediação e Processo Eleitoral num município de imigração italiana”. PALMEIRA, M.; BARREIRA, I. (Orgs.) *Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil*. São Paulo: Annablume, 1998b.

COSTA, Wagner Cabral da. *Sob o signo do morte: o poder oligárquico de Victorino a Sarney*. São Luís:EDUFMA, 2006.

DOGAN,M. “Les professions propices à la carrière politique. Osmoses, flières et viviers”. OFFERLÉ, M.(Orgs.). *La profession politique: XIX-XX siècles*. Paris, Éditions Belin, 1999.

ELIAS, N. “Estudos sobre a gênese da profissão naval: cavalheiros e tarapaulins”. *Mana*. v.7. Rio de Janeiro, abril, 2001.

ELIAS, N. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1999.

GARRAUD, P. “La ville en heritage”. PATRIAT, C.; PARODI, J. (Orgs.) *L'Hérédité en Politique*. Paris: Economica, 1992.

GARRAUD, P. *Profession Homme Politique*. Paris: L'Harmattan, 1989.

GAXIE, D. “Les logiques du recrutement politique”. In: *Revue Française de Science Politique* v.30n.º 3. fev. 1980.

GONÇALVES, M.de F. da C. *A Reinvenção do Maranhão Dinástico*. São Luís: Edições UFMA; PROIN (CS), 2000.

GONÇALVES, M.de F. da C. *A Invenção de uma Rainha de Espada: reatualizações e embaraços na dinâmica política do Maranhão Dinástico*. Tese de Doutorado em Políticas Pública. UFMA, 2006.

GRILL, Igor Gastal. *Parentesco, Redes e Partidos : as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : Tese de Doutorado em Ciência Política, IFCH-UFRGS, 2003.

GRILL, Igor Gastal. “Heranças e Memória na política: parentesco, redes e partidos no Rio Grande do Sul e no Maranhão”. Paper Apresentado na *X Reunião da Associação Brasileira de Antropologia do Norte e Nordeste* e da *I Reunião Equatorial de Antropologia*. Mesa *Antropologia da Política: campo em extensão*, Aracajú, 2007a.

GRILL, Igor Gastal. “Imigração, Ascensão Social e Especialização Política: uma análise comparada de “famílias de políticos” no Rio Grande do Sul e no Maranhão”. Paper apresentado na *VII Reunião de Antropologia do Mercosul*. Porto Alegre, 2007b.

MICELI, Sérgio. “Carne e osso da elite política brasileira pós-30”. Fausto, Boris. *História Geral da civilização brasileira: o Brasil republicano. sociedade e política (1930-1964)*. São Paulo: Difel, 1981.

OFFERLÉ, M. “Professions et Profession Politique”. OFFERLÉ, M. (Org.) *La Profession politique*. Paris: Belin, 1999.

OFFERLÉ, M. “Entrées en Politique”. *Politix*, n.º 35, 1996.

PHÉLIPPEAU, E. *L'invention de l'homme politique moderne*. Paris: Bélin, 2002.

PHÉLIPPEAU, E. “Sociogênese da profissão política”. GARRIGOU, A.; LACROIX, B. *Norbert Elias. A política e a história*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

PHÉLIPPEAU, E. “La fin des notables revisitée”. OFFERLÉ, M. *La Profession politique*. Paris: Belin, 1999.

PINTO, Céli. *Positivismo. Um projeto político alternativo (RS :1889-1930)*. Porto Alegre : Editora UFRGS, 1986.

REIS, Eliana Tavares dos. *Contestação, Engajamento e Militantismo*: da luta contra a ditadura à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2007.

REIS, Flávio. *Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão*. São Luís: [s.n.], 2007.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Mudanças na Classe Política Brasileira*. São Paulo:PubliFolha, 2006.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos, Ideologia e Composição Social*: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados. São Paulo:Edusp, 2002.

SEYFERTH, G. “Etnicidade, política e ascensão social: em exemplo teuto-brasileiro”. *Mana*. V. 5, n.2, 1999.

SAWICKI, F. *Les Reseaux du Parti Socialiste*. Paris: Belin, 1997.

SANTOS, André Marengo dos. *Não se fazem mais oligarquias como antigamente*: recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946-1998). Porto Alegre. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2000.

TRINDADE, H. e NOLL, M.I. *Rio Grande do Sul*: partidos e eleições (1823-1990). Porto Alegre: ed. da UFRGS e Sulina, 1991.

WILLEMEZ, L. La “Republique des Avocats”. OFFERLÉ, M. *La Profession politique*. Paris: Belin, 1999.